

1. QUE É DESENVOLVIMENTO LOCAL.

O conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento .A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riqueza e a melhoria do bem-estar da população local.

A idéia básica desse novo paradigma é que o sistema produtivo dos países cresce e se transforma, utilizando o potencial de desenvolvimento dos territórios, por meio dos investimentos das empresas e dos agentes governamentais, sob o controle crescente da comunidade local.

Além do aspecto meramente econômico, o novo paradigma de desenvolvimento local articula três grandes questões: o conceito de desenvolvimento, os mecanismos que favorecem os processos de desenvolvimento e as formas eficazes de atuação dos atores econômicos, sociais e políticos.

Para os pensadores do desenvolvimento local no Canadá, a noção de desenvolvimento local sugere uma transformação de estruturas e de sistemas visando uma melhoria durável da qualidade de vida de uma comunidade. Não se trata de um simples arranjo ou ação local, como, por exemplo, a resolução de alguns problemas específicos.

O conceito de empoderamento e fortalecimento da comunidade é essencial para a compreensão do desenvolvimento local endógeno. Assim, contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio-ambiente.

A OCDE define "local" como um espaço possuidor de uma identidade, de uma dinâmica própria e de especificidades que mantêm as relações de interdependência com áreas mais vastas. Na França, se fala de um meio de pertença que permite a uma população reconhecer em si traços característicos e mesmos laços de solidariedade. Um ambiente dotado de uma conexão espacial que oferece, a uma grande variedade de atores, condições de informação e facilidades de comunicação suficientes para garantir os laços entre as diferentes redes. Compreende as estruturas sociais, a solidariedade familiar e lingüística, formação e pesquisa, colaboração entre o setor privado e municipalidades, entre outros.

No Quebec, compreende-se desenvolvimento local como uma estratégia estruturada e elaborada, como expressão de uma solidariedade oriunda de diferentes parceiros e desejo de valorizar os recursos humanos, financeiros e físicos de seu meio. É portanto, uma estratégia que busca estimular solidariedade e um desenvolvimento mais humano.

Nos anos 70/80, na Europa e no Canadá, as experiências de iniciativas de desenvolvimento local buscavam a promoção do emprego, por meio do apoio às pequenas empresas e despertar nos atores locais seu papel de protagonistas. Nesse processo, destacam-se como atores relevantes o setor associativo, o setor financeiro, estabelecimentos de ensino e pesquisa, mídia/comunicação, administrações locais, organizações sindicais e gremiais, redes de parcerias e agências de desenvolvimento para pactuação de objetivos estratégicos.

Desenvolvimento local é um processo orgânico, um fenômeno humano, portanto, não padronizado. Envolve os valores e os comportamentos dos participantes. Suscita práticas imaginativas, atitudes inovadoras, espírito empreendedor. Conclama à adoção de parcerias para mobilizar os recursos e as energias. Isto aponta para diferentes caminhos segundo as características e capacidade de cada economia e cada comunidade local.

Arocena explica que o desenvolvimento local é um processo em que o social se integra ao econômico. . A distribuição de renda e o crescimento econômico adquirem uma dinâmica comum, pois os atores governamentais e privados tomam decisões para o aumento da produtividade e competitividade das empresas, para resolver os problemas locais e melhorar a qualidade de vida da população.

Esse processo busca contribuir para uma nova forma de gestão pública, a partir dos municípios e microregiões, pela presença da nova figura do gestor social contrapondo-se à figura tradicional de prefeitos clientelistas, centralizadores ou simples administradores de recursos. Esse novo gestor deve ser também animador/facilitador do desenvolvimento do território, articulador que amplia os espaços de participação na nova esfera pública, com postura efetivamente democrática e transparente.

Assim, a estratégia de desenvolvimento endógeno ou desenvolvimento local, se propõe a, além de dinamizar os aspectos produtivos e econômicos, potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem-estar da sociedade.

A articulação entre sociedade e economia, tecnologia e cultura pode se realizar melhor a partir do local. O global e o local são complementares, criam sinergia sócio-econômica. Trata-se de compreender este novo conceito contemporâneo: a glocalização.

Trata-se de construir protagonismo endógeno , a partir de valores, identidades e um projeto coletivo, para interagir com a globalização não como meros entes reativos e passivos.

O desenvolvimento econômico local exige uma atuação proativa das instâncias públicas territoriais. A descentralização não pode limitar-se unicamente a melhorar a capacidade da gestão dos recursos transferidos para os governos locais. Isto é fundamental, mas não suficiente. Os programas de modernização das administrações locais, devem incorporar também a capacitação na nova visão, no novo papel dos gestores locais, de animadores e articuladores do desenvolvimento econômico local, a fim de construir com os atores empresariais e a sociedade civil organizada, um entorno territorial inovador para o fomento produtivo e o desenvolvimento do tecido local de empresas. Só assim as prefeituras podem colaborar para a geração de riqueza e emprego produtivo.

A construção de redes de cooperação empresarial em nível territorial deve ser estimulada, para melhorar as posições competitivas nos mercados. Para isso, é fundamental estabelecer uma adequada formação de recursos humanos, de acordo com as necessidades identificadas nos diferentes âmbitos territoriais. As atividades de capacitação devem se orientar pela necessidade da demanda de inovação de cada território e nunca serem definidas a partir de instâncias distantes e sob um enfoque de oferta.

Os governos locais estão emergindo, em todo o mundo, como entes mais flexíveis, podendo reinventar a democracia e criar qualidade de vida a partir do local.

A otimização da gestão do desenvolvimento local demanda novas institucionalidades, capazes de assumirem esta responsabilidade com garantia relativa de sucesso. Trata-se, entre outras iniciativas, de criar oficinas de desenvolvimento local ou regional, com autonomia operativa e flexibilidade de gestão. Essas oficinas de desenvolvimento territorial são organizações intermediárias, que articulam o Estado, o Mercado e a Sociedade e por meio das quais se instrumentalizam as estratégias de desenvolvimento local, ofertando serviços reais e financeiros às micro e pequenas empresas e empreendedores locais, a partir de suas necessidades concretas.

A participação da sociedade neste contexto favorece o controle social sobre o desenvolvimento, tornando o local um espaço privilegiado do exercício da cidadania. A participação é entendida como o processo de tomar parte nas decisões e se responsabilizar pelas decisões tomadas, tornando os cidadãos sujeitos históricos deste processo. A efetiva participação eleva o ator social à condição de sujeito ativo de mudanças e a comunidade organizada, à de protagonista consciente do processo de gestão social.

Finalisticamente, busca-se com estratégias e processos de desenvolvimento local, a construção do novo paradigma do desenvolvimento humano ou seja, a melhoria da qualidade de vida da população, maior participação nas estruturas de poder, ação política com autonomia, compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e a construção de novos paradigmas éticos, que apontem para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis e que contribuam para a felicidade e a realização humana.

2. A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

As desigualdades entre homens e mulheres no âmbito da sociedade, merecem ser compreendidas e trabalhadas como uma questão do desenvolvimento nas suas dimensões política, econômica e social. É necessário discutir e conceituar gênero no contexto do desenvolvimento local, no sentido de construir o entendimento das relações entre homens e mulheres no âmbito da família, no mercado de trabalho e de forma mais ampla, no contexto político social e econômico.

A sociedade construiu e sedimentou ao longo da história, as diferenças entre homens e mulheres a partir das crenças e normas de cada representação social, o que implica reprodução das desigualdades nas relações de poder, não apenas entre homens e mulheres, mas entre as próprias mulheres, de acordo com a cor, idade, religião, posição social etc. As relações de gênero geram condições quase sempre desfavoráveis às mulheres, desde a reprodução de uma educação discriminatória nas escolas, na família e na igreja, onde se evidenciam níveis diferentes de participação, como também no campo das relações de trabalho onde o sexo é fator determinante dos níveis de remuneração, distribuição de atribuições, poder e controle de processos e de resultados oriundos do trabalho.

O acesso das mulheres sem dúvida, está ampliado mas não é igualitariamente distribuído. E sendo maior o alcance, a carga de atribuições é maior ainda, visto que elas trabalham mais tempo, já que realizam as tarefas do lar, que não são computadas como potencial produtivo, fazendo parte do rol das tarefas ditas "de mulher".

Os novos paradigmas do desenvolvimento contemplam questões do empoderamento das comunidades como impulsionador do resgate da autonomia, da solidariedade e da mudança nas relações sociais, baseadas no respeito e valorização do ser humano como agente de mudanças. Nesse contexto, a introdução da temática de gênero nos processos de desenvolvimento local, deve contribuir para a discussão e a construção de um conjunto de estratégias para a redução das desigualdades, valorizando

o capital humano como o principal responsável pelo desenvolvimento em todas as suas dimensões e a reorganização dos sistemas produtivos locais, a fim de que humanizem e otimizem o acesso aos meios e modos de produção com equidade para mulheres e homens.

A expressão Gênero e Desenvolvimento tornou-se lugar comum entre os textos técnicos e em certos setores acadêmicos desde os anos 80 quando as Nações Unidas difundiram a revisão das estratégias de desenvolvimento, dando ênfase à equidade e à sustentabilidade.

O binômio carrega a marca da atenção técnica sobre as mulheres e por isso, muitas vezes ao ouvirmos a expressão, já antevemos o que vem a seguir; uma sucessão de críticas sobre a desconsideração dos programas e políticas de desenvolvimento acerca da situação das mulheres e inúmeras recomendações que precisam ser assumidas para se enfrentar esta lacuna do planejamento. É muito comum na elaboração de projetos de desenvolvimento, acrescentar-se a palavra "mulheres" ao máximo de frases possível no contexto do documento e então, gênero está considerado. Os técnicos em monitoramento e avaliação incluem sexo como variável das estatísticas quantitativas da população atendida, e assim, gênero está contemplado. E há quem, é preciso lembrar, simplesmente resista, por achar que todos são iguais e que nada justifica dar destaque à condição das mulheres.

Há ainda os que desconsideram o assunto por simples dificuldade em absorver e lidar com novas questões no contexto social, isto sem falar dos que acham um detalhe, irrelevante, já que o problema do subdesenvolvimento e da pobreza é de base estrutural.

O tema da desigualdade de gênero começou a ser compreendido como um problema social, através da atuação das mulheres organizadas em movimentos sociais e foi sendo elaborado como questão social pelo pensamento feminista. Esta marca de origem, ao contrário de qualificar o problema, tem na verdade contribuído para acirrar polêmicas sobre o assunto, atraindo para si os preconceitos ainda existentes acerca do feminismo. Nesta lógica de argumentação, o tema Gênero e Desenvolvimento ainda passa a ser visto como uma ameaça e sendo um tema político, é considerado por muitos, como sendo radical e desagregador para as comunidades, ao invés de integrador.

Nos anos 80 o assunto adquire status de questão social para os organismos de desenvolvimento e cooperação técnica internacional e passa a contar com um suporte técnico, o chamado planejamento de gênero, conceito que propaga a idéia de que é possível, necessário e recomendável que sejam desenvolvidas ferramentas para o manejo das questões de gênero nos processos de apoio ao desenvolvimento, em especial para o momento de diagnóstico inicial da situação.

Capacitações específicas com enfoque de gênero são montadas para sensibilizar técnicos sobre o tema e matrizes analíticas são desenhadas para que os técnicos e equipes de facilitadores cheguem às comunidades e rapidamente identifiquem e interpretem o grau de desigualdade, as necessidades e anseios das mulheres. A etapa seguinte seria a receita do remédio, coisa que tem se apresentado mais difícil do que inicialmente imaginado. Esta prática nas ações com enfoque de gênero e desenvolvimento, tem sido grandemente responsável pela tecnificação das intervenções que terminam por simplificar e banalizar a questão, com fortes conseqüências para seu enfrentamento e superação.

No Brasil ainda são recentes e reduzidas as experiências neste campo do desenvolvimento. Uma revisão dos poucos registros de experiências existentes, geralmente desenhadas em propostas que estimulam a prática em gênero e desenvolvimento, revela que na maioria dos casos, gênero é tratado como sinônimo de mulher.

3. A QUE NOS REFERIMOS QUANDO FALAMOS DE GÊNERO

Algumas autoras feministas identificam as diferentes formas que o debate e a ação em torno das relações de gênero podem tomar. Gênero pode ser tomado como um atributo essencial identitário de mulheres e homens, pode ser compreendido como relação interpessoal ou como relação social, neste caso conferindo-se ao gênero um aspecto estruturante da própria dinâmica da sociedade como um todo. Em que pese gênero ser um pouco de tudo isso, para efeito dos processos de desenvolvimento local, é preciso considerar que as relações no plano comunitário estão fortemente marcadas e determinadas em suas possibilidades pelas relações de gênero, dado seu caráter estruturador da vida social. Trabalhar com as chamadas questões de gênero é portanto lidar com a estruturação do cotidiano da comunidade.

Ao falarmos de gênero estaremos também tratando da dimensão de poder, presente em toda e qualquer relação social, seja ela estabelecida no âmbito doméstico ou da esfera pública. Tratar as questões de gênero no desenvolvimento local requer enfrentar as desigualdades no plano local, e não apenas em relação a mulheres e homens de modo geral, mas também tratar das relações desiguais entre mulheres e homens de diferentes classes, considerando sua origem, interesses e perspectivas. "Não podemos nos esquecer de que as idéias dominantes, são dominantes justamente porque estão na cabeça da maioria dos homens e das mulheres também " (Nalu e Nobre-1997).

As questões de gênero exigem também uma abordagem do problema das instituições, através das quais as relações de poder se concretizam . Isto significa que tratar questões de gênero implica em problematizar instituições sociais importantes como a família, a estrutura educacional pública, o mercado de trabalho e até mesmo as práticas e instituições da democracia participativa e representativa. Esta compreensão nos afasta definitivamente de tomar gênero como sinônimo de mulher, exigindo uma revisão daquilo que muitas vezes é tomado como já resolvido nas estruturas institucionalizadas, merecendo um aprimoramento constante da nossa reflexão.

As leis e normas orais e escritas, assim como as crenças e valores que orientam práticas sociais e cotidianas são outros elementos constitutivos do gênero tal qual o compreendemos. Tratar das questões de gênero é portanto mexer com as crenças arraigadas nas comunidades, crenças às quais o desapego, será necessário para que se possa produzir mudanças. Um desafio que por si só amplifica muitos dos problemas na promoção do desenvolvimento comunitário. Compreendendo-se a necessidade de fazer avançar as comunidades para uma identidade de projeto coletivo, tornando-se sujeito do seu futuro, é possível uma sensibilização para a importância de compreender gênero nesta dimensão. Será num contexto de resistência à mudança e de rupturas com a tradição comunitária que se irá atuar e isto vale para muitos aspectos do desenvolvimento local, mas vale também e sobremaneira, para a dimensão de gênero no desenvolvimento.

No que diz respeito à operacionalização do conceito de gênero, é importante que as equipes técnicas reflitam e posicionem-se em relação a algumas referências já conhecidas, mas reinterpretando-as à luz da análise da realidade.

No que se refere às necessidades práticas e estratégicas de gênero, Anderson (1992) contrapõe à idéia de interesses, o conceito de direitos e a efetivação destes como espaço de construção da justiça. Entre outros elementos problemáticos desta concepção, está sua vinculação com a idéia de papéis sociais de mulheres e homens, dos quais decorrem tais interesses e necessidades. O conceito de papéis é por si só um problema para quem se dispõe a atuar numa concepção de transformação social, esvaziada de seu conteúdo de poder e disputa. Esta concepção tende a apontar como meta da

igualdade uma relação complementar e harmônica entre mulheres e homens, considerando seus distintos papéis.

O problema aí não está tanto na paz que a harmonia parece conter, anseio de todas e todos, mas na rigidez que os tais papéis sociais podem conferir à divisão desigual de trabalho, poder, acesso e controle sobre os processos sociais. Além disto, a idéia de papéis distintos para uns e outras, reforça os limites para a igualdade entre mulheres e homens em termos de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, etc.

Entretanto considera-se que a idéia de necessidades práticas e interesses estratégicos contém dimensões interessantes de serem levadas em conta, e há que se considerar a temporalidade dos diferentes processos de desenvolvimento local. Isto é especialmente relevante, se compreendermos as necessidades práticas como vinculadas à solução de problemas corriqueiros vividos por mulheres e homens e por interesses estratégicos, aqueles aspectos associados ao processo mais longo de transformação da sociedade e de constituição do poder de mulheres e homens como sujeitos.

Encontramos no referencial analítico de Longwe, (Oxfam - 1999), contribuições que passamos a considerar no que diz respeito à questão do desenvolvimento passando pela busca da superação das desigualdades.

Um primeiro elemento destacado pela autora é o critério do bem estar, ou seja, verificar-se em que medida as políticas sociais e de desenvolvimento produzem assistência e apoio à reprodução social das pessoas. Como às mulheres está atribuída socialmente a responsabilidade direta pelos cuidados com a reprodução ,trabalho doméstico, cuidado com a saúde familiar, educação infantil, e cuidados com idosos, quaisquer limites ou ausências de políticas sociais que compartilhem com as mulheres estas tarefas irão prejudicá-las. Isto inclui urbanização da moradia, fornecimento regular de água, coleta de lixo, serviço de esgoto, iluminação, transporte e acesso a combustível doméstico. Os impactos dos trabalhos não remunerados face à reprodução social se agravam caso hajam falhas na oferta destes serviços, aumentando seu potencial de retirar das mulheres muito do tempo que poderiam dedicar a sua própria formação ou ao trabalho remunerado.Ou ainda piorar as condições em que o estudo e o trabalho remunerado é realizado, em geral entre uma e outra responsabilidade doméstica.

Se por outro lado as políticas de promoção do bem estar são efetivas, é preciso então verificar se as políticas de emprego e geração de renda alcançam igualmente as mulheres e os homens em suas especificidades, interesses e necessidades. Trata-se aqui não de direitos sociais, mas de igualdade de oportunidades para se ter meios de ganhar o próprio sustento de forma digna, criativa e prazerosa, preferencialmente.

Um terceiro critério apontado é chamado pela autora, de consciência de gênero ou seja, avaliar-se em que medida a comunidade tem consciência das injustiças entre mulheres e homens, nas diferentes situações cotidianas da política, do trabalho e da vida privada. Somente uma comunidade que se torna consciente da situação pode colocar para ela mesma um projeto de enfrentamento do problema e de superação das desigualdades. Consciência de gênero é portanto, tão crucial para o desenvolvimento comunitário quanto a consciência de todos os demais problemas existentes nas comunidades, esta entretanto, não tem sido a tônica nos processos de educação comunitária para o desenvolvimento. Ou a consciência de gênero é tomada como irrelevante, e por isso não é abordada, ou o debate está colocado de forma restrita para as mulheres, entre quatro paredes de oficinas específicas para elas.

Dois últimos critérios estão elencados e articulados entre si no referencial de Longwe; os conceitos de acesso e controle que se referem às possibilidades e limites colocados para o acesso aos processos de

participação no desenvolvimento local. Mecanismos diversos de democracia direta e acesso a mecanismos da democracia representativa devem aqui ser considerados.

Entretanto é preciso distinguir entre avaliar o grau de acesso e ter o controle sobre os espaços e mecanismos que garantem o acesso. Esta é a razão pela qual o critério de controle merece e deve ser tratado diferenciadamente do problema da igualdade de oportunidades de participação. Uma coisa é ver mulheres e homens estarem autorizados e apoiados para participar, outra coisa é saber quem tem o poder de autorizar e legitimar a participação. Muitas mulheres têm amplo acesso à participação nas organizações comunitárias, por exemplo, mas não têm o controle sobre os espaços e mecanismos que garantem esta participação. O critério de controle demarca o diferencial entre uma participação ilustrativa e uma participação efetiva na definição de rumos e na definição sobre quem tem o poder de decidir sobre eles, isto marca a distinção entre o ator e o autor, faces distintas de uma mesma moeda.

Colocar-se um olhar sobre as tensões de gênero que merecem ser problematizadas e pensar articuladamente alguns pólos destas tensões, pode ajudar na compreensão dos limites à promoção do desenvolvimento local com justiça de gênero e pode também constituir-se em importante instrumento pedagógico que atue como espelho dos problemas da comunidade.

A tensão produção - reprodução é a primeira e talvez a mais conhecida destes binômios. Pensadas como esferas distintas da vida, a primeira reservada aos homens no espaço público e a segunda às mulheres no espaço doméstico, o binômio não resiste a uma análise do cotidiano. Tal análise revela a falsa dicotomia e indica sua necessária desconstrução para abrir a possibilidade de mudanças. Percebe-se uma hierarquia entre as duas dimensões da vida, com prevalência dos tempos e formas de organização da produção; sobre os tempos e formas de como se organiza a reprodução e revela como a primeira não poderia ocorrer nos moldes dados hoje. O trabalho doméstico realizado pelas mulheres emerge com seu valor social para a produção e a reprodução, aspecto crucial da ampliação da consciência comunitária sobre as questões de gênero no desenvolvimento, processo que irá alterar as formas de organização das duas esferas.

Uma segunda tensão constitui-se na relação público-privado, que no caso dos processos de desenvolvimento se articulam ao público, ficando a esfera da vida privada sobre o domínio dos costumes. O reconhecimento de que as mulheres têm direito à participação neste processo, recoloca o desafio de abordar as questões privadas, que na prática privam as mulheres deste direito e do direito mais amplo de estarem na esfera pública, que é o espaço do exercício da cidadania.

Por fim, ressalte-se a importância de avaliar-se permanentemente estes aspectos, considerando-se a situação de grupos específicos de mulheres e homens, sejam rurais e urbanos, de diferentes ocupações e de distintas classes sociais, nas tensões produção- reprodução e público- privado.

4. A EQUIDADE DE GÊNERO E SUA RELEVÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

As relações de gênero geram condições quase sempre desfavoráveis à constituição das mulheres como agentes de desenvolvimento, o que contribui para excluí-las da luta pela igualdade que, em última estância, nada mais é que a luta dos atores por afirmarem-se como sujeitos de um projeto para a comunidade, para a região ou o país. Esta concepção de igualdade de gênero nos afasta da idéia simplista da igualdade de oportunidades num contexto já dado e nos aproxima da idéia de autonomia e da dinâmica de constituição e destituição dos sujeitos sociais na cena política local, que é o espaço da dinâmica dos processos de desenvolvimento comunitário.

Observa-se ainda hoje a reprodução de valores discriminatórios em relação às mulheres, conformando um ideário conservador das atribuições e expectativas tradicionais sobre a ação e atuação de mulheres e homens na sociedade.

Estes valores estão presentes e são reproduzidos em diferentes âmbitos da vida social, nas escolas, na família, nos meios de comunicação, nas igrejas, e orientam a reprodução de muitas das práticas discriminatórias. Estes mesmos valores reproduzem-se entretanto, num contexto de mudanças profundas das práticas sociais de mulheres e homens e de mudanças no contexto das possibilidades delas cumprirem expectativas tradicionais, quanto às suas responsabilidades sociais comunitárias. Nem as mulheres estão mais dispostas a subjugarem seus interesses a valores que as limitam na cena política e pública na comunidade, e muitos homens atravessam dificuldades para realizarem suas atribuições tradicionais de chefe de família, provedor único do sustento do lar, autor exclusivo das políticas e definidor das prioridades do desenvolvimento local. No tocante às mulheres, observa-se que persistem os níveis diferenciados de participação, remuneração, distribuição de poder e controle sobre os meios e os processos de reprodução e a gestão dos empreendimentos econômicos.

No âmbito da política, a realidade não é muito diferente, o acesso das mulheres aos espaços de participação, sem dúvida está ampliado, mas não está dado e nem está igualitariamente acessível para todas as mulheres. Além disto, a carga de atribuições domésticas das mulheres não se reduziu, ao contrário cresceu, visto que ainda é uma atividade vista como quase que exclusivamente feminina. Tal divisão de trabalho reduz o tempo e as possibilidades das mulheres atuarem como atoras no desenvolvimento local, tanto em seu próprio favor como em favor da comunidade.

Neste aspecto, os homens ainda ocupam posições de destaque, chamando atenção quando uma mulher ocupa parte importante deste espaço, pois a sociedade ainda procura e especula sobre a existência de homens que atuem como apoio ou espelho para ela quase sempre por herança de parentela, na ocupação de cargos públicos.

Evidentemente que na atualidade o percentual de mulheres que tem se destacado no campo da política é relativamente expressivo e vai abrindo caminhos de mudança, mas elas ainda têm que se desdobrar para se afirmarem como gestoras e como mulheres em toda sua multifuncionalidade.

Sendo o desenvolvimento um fenômeno também cultural, que se constrói a partir de mudanças estruturais no campo político, social e econômico, é necessária atenção permanente de todos os atores sociais, no sentido de que se estabeleça coerência entre os discursos e as práticas que feminizam a pobreza, sem contudo colocar a "lupa" de gênero para que se dê visibilidade às estruturas sociais que geram e mantêm as desigualdades e a despolitização do discurso de inclusão na dimensão do desenvolvimento.

Não é sustentável a implantação de programas de apoio ao desenvolvimento, principalmente com base local, que não contemple uma intensa e firme observação das questões de gênero, pois do contrário, reforçará as estruturas existentes e inibirá o acesso a bens e serviços com igualdades de condições a homens e mulheres, como também o controle dos bens ativos do desenvolvimento.

É ainda imprescindível que seja observada sob vários enfoques, a questão da equidade e do fortalecimento das mulheres nas ações de projetos e programas de desenvolvimento local, considerando com detalhe as informações levantadas nos diagnósticos das relações de gênero em diferentes aspectos, com identificação das necessidades de mulheres e homens nas diferentes dimensões cotidianas de suas vidas, trabalho e renda, reprodução social e constituição política como atores sociais.

O resultado da análise dos diagnósticos deve gerar um conjunto de estratégias que possibilitem a transformação do estado de subordinação em que se encontra a maioria das mulheres. Deve também indicar como estas questões podem ser abordadas e como podem ser traçadas políticas de intervenção nessa realidade. Deve ainda enfrentar a identificação e superação dos problemas que afetam especificamente aos homens e às mulheres, reconhecendo-se que a comunidade ao contrário de ser um todo homogêneo, está conformada por pessoas diferenciadas por sexo e gênero.

Para que se aborde a temática de gênero, é necessário que haja uma permanente preocupação com a eficiência das estratégias construídas, no sentido de garantir um desenvolvimento equilibrado no espaço social, econômico e cultural, possibilitando a participação e construção da autonomia das mulheres, a partir do conhecimento real dos problemas, pleitos, necessidades objetivas e subjetivas observadas e explicitadas nos diagnósticos realizados.

Ao analisar uma determinada localidade através da "lupa" de gênero há que se levar em conta questões relativas à divisão do trabalho entre mulheres e homens, analisando-se de forma articulada e indissociável a dimensão produtiva e reprodutiva da vida social. Por esfera reprodutiva queremos nos referir mais que à reprodução biológica, mas à reprodução social cotidiana da força de trabalho, da liderança política, e da ação sociais.

A incorporação da perspectiva da equidade de gênero no âmbito do desenvolvimento possibilita a construção de uma visão mais ampliada, uma vez que requer atenção aos aspectos da reprodução social e com isto torna o conceito do desenvolvimento definitivamente afastado de sua perspectiva exclusivamente econômica, tornando-o um componente relevante mas não exclusivo.

5. ESTRATÉGIAS PARA INCORPORAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NAS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

A implementação de políticas de inclusão da perspectiva de equidade de gênero no âmbito do desenvolvimento local, passa necessariamente por uma decisão política das instituições envolvidas, que deve estar contemplada no marco lógico e na sua missão. Tratando-se de escolhas políticas, todo cuidado precisa ser tomado na escolha criteriosa dos referenciais analíticos e técnicos, que orientam a elaboração da proposta conceitual e a prática das equipes técnicas nos territórios de atuação. Na busca de referencial, o critério adotado é o da valorização dos atores sociais comprometidos com a transformação das relações de gênero. Daí decorre a ousadia de constituir parcerias e relações de assessoria junto a organizações do campo feminista e dos movimentos de mulheres.

O processo de escuta, diálogo, debate reflexão conjunta e desenvolvimento de ações compartilhadas, com organizações e assessorias integrantes dos movimentos de mulheres apresenta-se como condição muito importante para diferentes medidas e exigências decorrentes da incorporação da perspectiva de gênero. A discussão e reflexão com as equipes técnicas para nivelamento conceitual sobre as temáticas de desenvolvimento local e gênero, deve articular teoria e prática num ciclo de retroalimentação permanente. Este diálogo é necessário também com vistas a definição das atividades de apoio à realização de eventos de processos de capacitação nas áreas de atuação e no acompanhamento de resultados.

Este compartilhamento contribui ainda para a construção de instrumentos pedagógicos que facilitem a pesquisa de dados, consolidação e análise desde os levantamentos preliminares até o acompanhamento das ações de campo e para formação de equipes locais nos territórios de atuação, com vistas à formação de agentes multiplicadores. Também é necessária a construção coletiva de referenciais teóricos e sistematização de experiências com enfoque de gênero, além da elaboração e implementação de projetos específicos e construção de materiais temáticos e metodológicos, para serem utilizados no processo formativo e para divulgação da temática de gênero no desenvolvimento local.

Um dos principais desafios para uma intervenção com enfoque de gênero, é o de construir e difundir conhecimentos sobre a temática nos distintos espaços em que os processos de desenvolvimento ocorrem. Dificilmente uma pessoa ou mesmo uma equipe inteira de técnicos e técnicas terá experiência suficiente para interpretar e propor saídas e estratégias para todas as dificuldades e interpretações de gênero identificados nos espaços da intervenção, sem agregar informações da prática cotidiana dos atores sociais.

No planejamento do diagnóstico com enfoque de gênero, é importante questionar qual o grau de participação de homens e mulheres na discussão e identificação de problemas e necessidades, e ainda de que forma e intensidade, as relações desiguais culturalmente aceitas os afetam. A proposta deve buscar encontrar caminhos para construir um diagnóstico participativo das relações de gênero, a partir do qual possa-se simultaneamente

elevar o grau de consciência das desigualdades de gênero na comunidade, e considerar com mais segurança os riscos e possibilidades de iniciativas que enfrentem a superação destes problemas. Atenção permanente precisa ser conferida às conclusões do diagnóstico para que contribuam efetivamente para a construção de alternativas de solução para os problemas sociais, sob a ótica das desigualdades de gênero.

Na caracterização geral do território deve-se observar vocações, potencialidades, principais problemas e necessidades, atuação e demandas das organizações sociais existentes, como também, as tradições culturais que reproduzem e cultuam as relações entre mulheres e homens.

A utilização de ferramentas de análise de gênero em processos de desenvolvimento local deve contemplar, em primeira instância compreensão de que existe diferenças concretas entre homens e mulheres, além dos atributos físico-biológicos, que são oriundos da construção sócio-cultural, considerando-se o contexto espacial e a temporalidade. Também deve-se buscar a identificação das atividades com suas características específicas, designadas historicamente, como sendo "trabalho de homem ou de mulher", a fim de se visualizar necessidades e demandas, para dar respostas adequadas para problemas específicos.

Não se trata de reforçar atividades e comportamentos tradicionais que implicam na desvalorização de um frente ao outro, mas de buscar identificar inequidades que se apresentam nas relações entre homens e mulheres, como por exemplo, a distribuição e o tipo de atividades, o tempo destinado ao descanso, oportunidades de acesso a serviços, nível de remuneração e valorização das atividades, entre outros. A finalidade maior é a reconstrução coletiva de conceitos e atitudes no sentido de gerar relações mais eqüitativas, solidárias e democráticas, como condição básica para o desenvolvimento integral dos indivíduos.

A inclusão do enfoque de gênero nos processos de desenvolvimento local deve buscar entre outros fatores, o apoio à implantação de estratégias que proporcionem o aumento de renda e oportunidades de trabalho, facilitem o acesso igualitário das mulheres aos processos de organização, capacitação, assistência técnica, crédito, mercados, inovação tecnológica e fomentem a participação eqüitativa de homens e mulheres nos empreendimentos produtivos individuais e coletivos.

Outro aspecto muito importante é viabilizar a ampliação da participação das mulheres na esfera pública, qualificando-as para a atuação nas esferas decisórias das associações e conselhos diversos, direção de cooperativas, prefeituras, câmara de vereadores, e movimentos sociais.

6. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA INCORPORAÇÃO DO ENFOQUE DE GÊNERO E ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA

A inclusão do enfoque de gênero nas estratégias de apoio ao desenvolvimento local deve trazer na sua formulação os seguintes focos:

Caráter de transversalidade dos conteúdos que compõe a base teórica na formação e implementação das estratégias de apoio ao desenvolvimento local;

Problematização das questões de gênero através do diálogo com as comunidades, considerando sua multiplicidade e as diversas formas de interpretação da realidade;

Implementação de políticas de inclusão cultural a partir da estruturação de processos de capacitação revendo valores, crenças, costumes e tradições da prática cotidiana.

A capacitação como processo formativo de troca e produção de conhecimentos envolvendo todos os atores locais, técnicos, gestores e comunidade para a consciência das relações de gênero no contexto local.

A construção de instrumentos pedagógicos que qualifiquem os levantamentos, consolidação, análise e sistematização de dados a partir de um diagnóstico verdadeiramente participativo das relações de gênero, que contemple:

Distribuição e acesso à capacitação profissional entre homens e mulheres e domínio de tecnologias

Nível de acesso a benefícios sociais como acesso a serviços básicos de saúde, educação, transporte e moradia ;

Grau de participação das mulheres nos processos decisórios da história política do território;

Existência de programas e projetos em andamento no local que contemplem a questão de gênero com objetivos específicos;

Dados estatísticos sobre índice de violência contra a mulher;

Bens de infraestrutura em apoio às atividades das mulheres (creches, escolas, cozinhas, e lavanderias comunitárias, etc.)

Matrícula total por nível de educação, percentual por idade, sexo e tempo de permanência na escola;

Esperança de vida por sexo, taxa de mortalidade e acesso a programas de saúde;

Percentual de homens e mulheres da população economicamente ativa, avaliando a distribuição da força de trabalho e níveis de remuneração por sexo, idade e profissão;

Percentual de emprego e desemprego e atividades não remuneradas por sexo, idade e categoria profissional;

Verificação do percentual de homens e mulheres que compõem as organizações sociais, empreendimentos produtivos , redes de cooperação e grupos de interesse econômico.

Nível de expectativa de homens e mulheres em relação à melhoria da qualidade de vida;

Condições de acesso à terra, ao crédito, à capacitação e à difusão tecnológica;

Uma série de procedimentos e ferramentas metodológicas devem ser aplicadas na implementação das atividades de capacitação e qualificação dos atores diversos. Os eventos que compõem o processo de formação deverão considerar as informações sistematizadas dos diagnósticos participativos com visão sistêmica e sendo um processo formativo de troca e produção de conhecimentos, deverá viabilizar espaços de criatividade através da reflexão-ação-reflexão, contribuindo para a formulação de estratégias e políticas específicas de redução das desigualdades, a partir da análise crítica das diferenças de gênero.

Vale destacar que a estratégia metodológica não se concentra apenas na experiência das comunidades ou das equipes locais. Os técnicos e facilitadores se envolvem no processo reavaliando seus próprios valores, construindo caminhos de mudanças e apreciando a ampliação do conhecimento, estimulando a atenção e a capacidade de interpretação do mundo, facilitando a pluralidade de idéias e aceitação da diversidade de pensamento.

Como resultados que se visualizamos como possibilidades destacamos:

- formação de facilitadores capazes de desenvolver e multiplicar o processo formativo com enfoque de gênero e desenvolvimento.

- desenvolvimento pelos atores locais de processos metodológicos que oportunizem a ampliação da participação em todas as fases da construção e implementação das estratégias de desenvolvimento

local, desde a etapa do diagnóstico, passando pela mobilização, organização, capacitação, até o acompanhamento da implantação de planos e projetos.

· construção de um referencial teórico-metodológico para multiplicação das experiências vivenciadas com possibilitando aos atores envolvidos no processo, através de uma metodologia de gestão participativa, a construção ou reconstrução da consciência das relações de gênero.

Ao tempo em que problematizam temas e propostas da vida cotidiana, homens e mulheres vão construindo caminhos de aprendizagem, tomando decisões frente às imposições da realidade e tornando-se mais capazes de através da análise crítica da realidade, tornar de todos os problemas percebidos e vividos por alguns isoladamente.

Assim sendo, homens e mulheres podem construir relações mais solidárias e mais eqüitativas, considerando que o verdadeiro desenvolvimento é construído a partir das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas como um processo holístico e pluralista, do local ao global, buscando a consolidação de um planeta mais humano e sustentável.

7. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Autores diversos – Introdução ao Planejamento de gênero – Um guia prático – IBAM/Fundação FORD – Rio de Janeiro – 1997.

BUDINICH, Valeria – Lineamentos para a Incorporação da Perspectiva de Gênero em Sistemas de Seguimento e Evaluacion – FIDA 1998

TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian – A Revolução das Mulheres, Um Balanço do Feminismo no Brasil – Ed. Revan – Rio de Janeiro/1992.

CAMURÇA, Sílvia e GOUVEIA, Taciana, O que é Gênero ? Recife, SOS Corpo, 1997 (Versão modificada da cartilha O que é Gênero ? Um novo desafio para trabalhadoras rurais, co-produzido pelo SOS CORPO, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e a agência de cooperação alemã DED).

CAMURÇA, Sílvia. A política como questão feminista: revisitando Joan Scott e alguns conceitos. In Ávila, Betânia, (org.), Imagens e Textos do Feminismo, Recife, SOS Corpo, 2001.

SAFFIOTTI, Heleieth. Posfácio: Conteituando Gênero. In, Saffiotti, Heleieth e Muñoz-Vargas, Mônica (org.), Mulher Brasileira é assim, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Unicef, 1994, 283 p.

SCOTT, Joan, Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica, Recife, SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 1991, 27 p.

FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. Gênero e desigualdade. Coleção Cadernos Sempre Viva. São Paulo, SOF, 1997.

Anderson, Jeanine, Intereses o Justicia. Adonde va la Discusión Sobre la Mujer y el Desarrollo, Entre Mujeres, Lima, Peru, 1992, 46 p.
Experiencias de Planificación de Genero en el Desarrollo, Lima, Novib/Entre Mujeres, 1994.

MOSER, Caroline. Planificación de Genero y Desarrollo: Teoria, Practica e Capacitacion, Entre Mujeres/Flora Tristan, Lima, Peru, 1995.

Gouveia, Taciana e Portella, Ana Paula, Idéias e Dinâmicas Para Trabalhar com Gênero, Recife, SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 1999.

Williams, Suzanne. Manual de Formação em Gênero de Oxfam. Tradução e adaptação: Ana Paula Portella e Taciana Gouveia. Co-edição: Oxfam International e SOS CORPO. Recife, 1999.

Barring, Maruja e Wehkamp, Andy (org.) Sin Morir en el Intento:
Zapata, Tania et alii. Gestão participativa para o desenvolvimento local. Projeto Bndes/Pnud. Recife. 2000.